

A EDUCAÇÃO DO CAMPO, TEORIAS E IDEOLOGIAS IMERSAS NO CAMPO PARADIGMÁTICO.

Juvenal Valério Alves

Waldenia Leão de Carvalho

A Proposta de Educação do campo, necessária para a construção da aprendizagem dos sujeitos do campo e o seu exercício da cidadania. Chegou a partir de aspectos teóricos, políticos e ideológicos presentes sua construção, destacando-se nos mesmos a questão das relações sociais do modo de produção capitalista e a realidade política presente nos territórios camponeses onde encontramos implantadas as escolas nos territórios rurais. Existe uma lógica de conflito com a reprodução do capitalismo no campo, uma disputa ativa nos territórios materiais-imateriais, entre o agronegócio e os movimentos sociais e territoriais camponeses, sendo importantíssimo considerar os elementos centrais que fundamentam os paradigmas a respeito da Educação do Campo e seu contexto. (FERNANDES, 2009; CAMACHO, 2014).

A Educação do Campo em suas abordagens sobre a questão agrária enfrenta em seu cerne um debate paradigmático. Neste debate estão presentes duas vertentes de concepção das relações sociais no campo embasados em dois paradigmas distintos, o primeiro definido como o Paradigma da Questão Agrária e a outra proposta o Paradigma do Capitalismo Agrário. Além destes dois paradigmas controversos ainda consideramos o Paradigma comum originário e conceitual da Educação do Campo denominado de Paradigma Originário da Educação do Campo. (PAULINO, E. T. ; ALMEIDA, R.A., 2010).

1.0 – APRESENTAÇÕES DOS PARADIGMAS E SUAS RELAÇÕES

Podemos definir a Educação do Campo como uma política pública de viés nacional, promotora do resgate da dívida histórica social, visando a oferta da educação básica para toda a população residentes nos territórios camponeses , incentivador das relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros que tiram seu sustento da terra e nelas se protagonizam , contribuindo para a redução do deslocamento dos estudantes do campo para a cidade.

1.1 - O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Na visão dos movimentos sociais, é imperiosa a necessidade de intensificar a luta pela reforma agrária. Uma reforma agrária popular, que contém em suas dimensões, além da necessidade de terra, que continua a dever ser para quem nela trabalha, mas agora imbuída da necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo verdadeiramente um caráter popular de reforma agrária. Nesta visão aprofunda-se uma luta por reforma agrária com amplo enfrentamento ao capital, as grandes empresas transnacionais, e ao próprio agronegócio, implementadores da degradação ambiental e social, usuários de agrotóxicos, de sementes transgênicas e do uso insustentável dos recursos naturais. Caracterizamos um modelo destrutivo ao meio ambiente que castiga os habitantes do campo, e cujas consequências começam a aparecer no meio urbano. Consumindo e degradando a água, envenenando os alimentos por fertilizantes químicos, trazendo mudanças climáticas globais e a favelização nas grandes cidades, agravadas pelo êxodo rural e pelo desemprego, estabelecendo uma cruel relação entre as questões agrária e urbana na atualidade (STÉDILE, J. P. 2012, p. 35).

Este caos ambiental, conceitua a necessidade do Paradigma da Questão Agrária, uma visão de recriação camponesa, aborda que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz a partir de um movimento desigual e contraditório de exclusão e submissão destes sujeitos por forças de dominação que se estabeleceram desde os idos de nossa história (PAULINO, E. T. ; ALMEIDA, R.A., 2010).

O paradigma da Questão Agrária, observa a Educação do Campo como um território imaterial, construído política e ideologicamente. Observa o campo como um território em disputa pelos modelos distintos de desenvolvimento territorial e de educação. Sendo assim a Educação do Campo seria um instrumento de formação para a resistência, chegando ao ponto de formar militantes para os movimentos sociais e territoriais. (STÉDILE, JOÃO, 2012).

O paradigma da Questão Agrária entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir. A reforma agrária deixa de ser interesse apenas das populações que vivem no campo e sim do conjunto de toda a sociedade. Reconhecendo que os camponeses não podem mudar a correlação de

forças e reorganizar , sem nenhum apoio vindo das cidades , para a estrutura fundiária. Estas populações precisam compreender a necessidade desta realização (STÉDILE , J. P. 2012 , p. 35).

Observa que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocasiona um *movimento desigual e contraditório* (OLIVEIRA, 2004). Busca então um processo de produção de capital por meio de *relações não capitalistas* (MARTINS, 2002; OLIVEIRA, 2004).

1.1.1- O CAMPESINATO

Definimos o campesinato como uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, no sentido da observação da atividade produtiva, voltada para as necessidades familiares, o modo de organização do trabalho, e a cooperação entre os seus membros. evoluindo este conceito como campesinato seria então uma ***classe social dentro de um modo de vida*** heterogêneo e complexo, este modo de vida está calcado no tripé interdependente terra-família-trabalho, inserindo esta contradição do modo de produção capitalista que a considera um resíduo social em vias de extinção. (OLIVEIRA, 2004). Identifica-se desta forma como o camponês se relaciona com a sociedade a partir da combinação destes vários elementos, estabelecendo para o sujeito um “modo de vida”. (MARTINS, 2002; OLIVEIRA, 2004).

Outra característica é a flexibilidade de adaptação para reproduzir, material e culturalmente, o seu modo de vida camponês. Um ser tipicamente não capitalista, pois não tem como fundamento principal de vida a acumulação de bens , riquezas ou honrarias, o princípio fundamental do campesinato que seria a reprodução material e cultural familiar, a produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção (SHANIN, 2002; OLIVEIRA, 2004; ALMEIDA; PAULINO, 2010). A transformação de bens em dinheiro é necessária, porém com o objetivo apenas de adquirir outros produtos importantes à satisfação de suas necessidades. Economicamente, a produção camponesa pode ser pensada como uma relação social não capitalista (OLIVEIRA, 1986; CAMACHO, 2014). Diferente dos trabalhadores assalariados, operários, despossuídos dos meios de produção, que vende sua força de trabalho ao capital , em consequência , situando-se no mundo por meio do seu trabalho. Já o camponês se situa no mundo através do seu produto, já que ***seu trabalho se oculta no seu produto***” (MARTINS, 2002).

O campesinato seria uma das únicas classes sociais, possuidoras de dois elementos fundamentais para a sua reprodução: **os meios de produção e a força de trabalho** (ALMEIDA; PAULINO, 2010).

Observamos nos dias atuais o campo sendo palco de uma disputa endêmica entre dois modelos de desenvolvimento territorial que se confrontam : a agricultura capitalista (latifúndio-agronegócio) e a agricultura camponesa (MENEZES NETO,2009).

Estas contradições de classes em disputa, ainda guardam as perspectivas revolucionárias, gerando mecanismos culturais a partir da luta de classes, estabelecendo a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária (MOLINA, 2010; CAMACHO, 2014).

A identificação da resistência subsiste no Paradigma da Questão Agrária. Os sujeitos lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente. Os elementos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, criam uma identidade própria na luta pelo direito de continuar a ser camponês, em terras demarcadas ou não e com identidades de direitos sociais respeitados, estando presentes resistências culturais, políticas e pedagógicas (CALDART, 2005, p.152).

Em nossa história , economicamente iniciamos uma expansão da lavoura açucareira no litoral Brasileiro, fato gerador do latifúndio como uma de suas instituições, modelo de monocultura, da escravidão da mão de obra africana , sistema de plantation voltado a exportação, estabelecido o modelo Agrário-exportador brasileiro. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.406). Inclusive pelo processo da ocupação das terras brasileiras altamente concentrado . Respaldo pela Lei de Terras, de 18 de agosto de 1850, instituidora da propriedade privada da terra no Brasil (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.407). A evolução da permanência camponesa pela luta na terra no Brasil e a afirmação da permanência camponesa no campo palco das lutas e resistências contra o capital. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.407). A luta do camponês ora observando a destruição, ora a recriação do campesinato diante das condições impostas pelo capital, Que expropria e proletariza e monopoliza o território camponês (CAMACHO, 2014). Apresenta-se o antagonismo dialético entre paradigmas, sobre a afirmação da luta de classes e do campesinato como visão do Paradigma da Questão Agrária (CAMACHO, 2014).

2.0 - PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

O Paradigma do Capitalismo Agrário, tem como a ideia central a transformação do sujeito , o homem do campo em agricultor familiar integrando este sujeito camponês ao mercado. O neoliberalismo se estabelece no meio rural brasileiro como modelo avançado, apresentando ideias e medidas básicas adotadas para o ajuste do meio rural ao capitalismo , no bojo desta luta a negação de garantias de direitos coletivos e das políticas sociais estabelecidas nos finais do século XX e início do século XXI.

O fortalecimento do sistema capitalista, garante os interesses do grande capital, com inegáveis objetivos econômicos , a ladainha do crescimento. Possibilidades reforçadas pela busca de outros rumos para as políticas sociais, e para a ordem societária no campo. Este processo de produção e reprodução social material e social, atinge relações , pessoas , classes trabalhadoras e segmentos capitalistas.

O neoliberalismo é um sistema dotado de contradições, uma lógica cruel onde a maior riqueza dos capitalistas, implica na maior a pobreza do proletariado. A lei geral da acumulação capitalista (HARVEY, 2013, p. 59). Sistemas que induzem desigualdades de classe. Repetido midiática e politicamente a partir da visão retórica de um livre mercado , livre-comércio e seus supostos benefícios , que retrata a dialética proposta por Marx: concentração maciça de riqueza e de poder no campo brasileiro, concomitante ao empobrecimento crescente das populações camponesas (HARVEY, 2013, p. 59).

3.0 - A POSIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo teve origem na luta dos movimentos camponeses, foi apropriada pelo Estado , e hoje até pelos mercados e algumas grandes empresas através institutos de responsabilidade social. Diversos pesquisadores diante das origens, afirmam que muitas das práticas intituladas a partir deste paradigma, são reacionárias e rompem com o caráter revolucionário, que é a essência da Educação do Campo, formando para subalternidade ao capital ao invés de estabelecer e consolidar a resistência política, cultural e econômica. (CAMACHO, 2014). A pretensa transformação da sociedade camponesa em agricultura familiar foi idealizada a partir da visão do pesquisador Ricardo Abramovay, em sua tese de doutorado, publicada em 1992, com o título Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Abramovay rompe

frontalmente com o Paradigma da Questão Agrária, e com o debate de abordagem marxista na questão agrária, Abramovay defende que os camponeses não irão se proletarizar e muito menos se transformarão em capitalistas, na visão marxista. Não se tornarão capitalistas, continuando a existir como camponeses, entendendo que as relações camponesas são incompatíveis com as relações de mercado capitalista. (ABRAMOVAY, R. 1992). ABRAMOVAY, em sua obra *Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão*, defendeu que esses camponeses serão alvo de uma transformação a partir da sua integração plena ao capital, e que contarão com políticas públicas do setor agrário, se tornando agricultores mais eficientes no momento. Os ex-camponeses, passaram a ser denominados de agricultores familiares, dotados de características profissionais, modernas e integradas. Na sua obra, a agricultura de base familiar moderna, composta como agricultores familiares, na visão de ABRAMOVAY (1992), é diferente da agricultura camponesa tradicional, e está baseada nas seguintes características: natureza empresarial, o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, a integração plena ao mercado e a capacidade de responder a intervenção do Estado. (ABRAMOVAY, R., 1992). Ainda na obra, os conceitos de profissionalização e a inovação são estabelecidos como requisitos diferenciais entre a agricultura arcaica, camponesa, da moderna e integrada agricultura familiar. Segundo ABRAMOVAY: “teremos uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais que não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). Estava implementado o Paradigma do Capitalismo Agrário difundindo a perspectiva de integração do agricultor ao capital. Observa a subalternidade e expropriação como resultado de uma suposta ineficácia do campesinato convencional (FERNANDES, 2008). Ao participar da agricultura familiar, o camponês não seria expropriado, mas teria sua renda subordinada ao capital ao repassar o produto do seu trabalho para um sujeito capitalista (OLIVEIRA, 2004). Dentro da lógica do capital, uma parte da renda camponesa, será apropriada pelo capitalista, que a utilizará para reprodução e acumulação de capital (MARTINS, 2002). Com a renda que lhe cabe, o campesinato continuará se reproduzindo, logicamente o camponês se reproduzindo numa situação precária, o que na visão de adversários do paradigma do capitalismo agrário enseja a necessidade de uma ruptura com o capital (ALMEIDA; PAULINO, 2010).

4,0 – AVALIAÇÕES DOS PARADIGMAS e VISÕES PRÉVIAS

A Educação do Campo sofre permanente influencia destes dois paradigmas em disputa, um debate baseado em pressupostos que conservam relações de dependência entre os modelos aos quais representam. Além dos paradigmas, existem as visões prévias, frutos de uma história cultural trabalhada no processo de transformação. Ressaltamos o abandono de conceitos ultrapassados como a visão prévia de que o camponês seria um ser irracional e a visão de que o agricultor familiar é um ser moderno e empreendedor estabelecem na realidade uma falsa dicotomia.(CAMACHO, 2014).

Estes processos poderão nos legar camponeses viabilizados, camponeses remediados, camponeses empobrecidos e até camponeses excluídos. Em ambas as visões, os camponeses empobrecidos resistem em sua determinação de permanecer no campo e na terra e os camponeses excluídos configurariam os camponeses sem terra, em luta para se estabelecer no território. Em todo caso, teríamos estratificações diferentes dos mesmos sujeitos e não teríamos duas categorias distintas no interior de uma mesma Classe (FERNANDES, 2008; CAMACHO, 2014).

Quando a análise é proferida a partir do Paradigma da Questão Agrária, criticamos mais fortemente ao modelo rural estabelecido, alimentado pelos impactos sociais e territoriais causados pela expansão do agronegócio, que procura se legitimar como a melhor opção aos territórios rurais, trabalhando a perspectiva de superação desse modelo, nos levando a um modelo cujo desenvolvimento se dará pela luta, pela disputa, pelos conflitos territoriais entre classes e grupos sociais que ocupam o espaço do campo. (FERNANDES, 2008; CAMACHO, 2014).

A partir da dialética contida na teoria desses paradigmas, somos remetidos à gênese e à consolidação da Educação do Campo, onde existe a possibilidade de identificar a existência primordial das relações entre a vertente camponesista do Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma Originário da Educação do Campo. Na realidade seria uma construção teórico-político-ideológica de uma Educação do Campo de característica libertadora, apontando como elementos centrais o debate da recriação e a resistência camponesa. (FERNANDES, 2008; CAMACHO, 2014).

5.0 - CONCLUSÃO

O projeto de Educação do Campo busca consolidar os territórios imateriais que se encontram em permanente disputa pelas classes sociais que compõem a sociedade capitalista, também no campo. A Educação do Campo atenta ao Paradigma da Questão Agrária teria origem nos próprios camponeses. Porém a dinâmica camponesa atual, observou que grandes empresas ligadas ao agronegócio através de seus institutos de responsabilidade social, quase sempre desvinculados das lutas camponesas, estão amparados sob os pressupostos do Paradigma do Capitalismo Agrário, e também buscam se apropriar da Educação do Campo, por entenderem que é um processo exitoso e permanente , com o seu conteúdo e seus objetivos.

O Problema será essa nova abordagem educacional, por interesse dos protagonistas, abandonar sua postura emancipatória e passar a servir como legitimadora da subordinação dos camponeses ao capital (CAMACHO, 2014; FONEC, 2012; FREIRE, 1983, MARQUES, 2008; MARTINS, 1981, 2002; MENEZES NETO, 2009).